

Cremese requer interdição ética na MNSL

Segundo o Conselho Regional de Medicina, médicos não dão conta da demanda na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes

Juliana Moura

A questão da falta de médicos na escala da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL) foi denunciado no último final de semana por quem procurou assistência na unidade de saúde. E por causa da defasagem na escala da MNSL e das denúncias, o Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe (Cremese) requer a interdição ética parcial na instituição.

Segundo Hyder Aragão, conselheiro do Cremese, a entidade foi à MNSL no início da semana passada e, inclusive, no último sábado, 20, constatou o problema. “Chegamos lá e encontramos pacientes amontoados na recepção porque os médicos não estavam dando conta da demanda. A escala deveria ter quatro médicos, mas só tinham três. Então o conselho, acompanhado do Ministério Público Estadual, solicitou a interdição, proibindo os médicos de atenderem os pacientes que não forem de urgência ou emergência. E a interdição está valendo até o momento”, declara.

Ele diz ainda que se nada for feito para melhorar a situação das escalas na maternidade a interdição pode ser geral. “Se o Estado não tomar providências quanto às escalas, o conselho pode pedir a interdição geral dos médicos. A rede pública de Sergipe está passando por um verdadeiro caos mesmo, tanto que o Ministério Público Estadual já pediu também a intervenção judicial do Hospital João Alves”, disse.

• Espera

No sábado, a esposa de Jadiclécio Dias, que tem 18 anos e está com nove meses de gravidez passou mal na recepção da unidade de saúde por causa da demora no atendimento. “Minha esposa preencheu a ficha, mas teve complicações porque demorou mais de cinco horas para ser atendida. Só disseram que um médico tinha faltado e os outros estavam sobrecarregados. É uma verdadeira desorganização e a gente é quem sofre com tudo isso”, afirma.

Já de acordo com informações



repassadas pela direção da MNSL no último sábado, à escala que deveria ter quatro médicos, estava com três porque um deles apresentou atestado de saúde e não trabalhou. No entanto, depois de serem examinadas pela equipe de enfermeiros da maternidade, algumas gestantes que não eram de alto risco foram encaminhadas para outras unidades de saúde.

• Homologação

E os impasses entre os médicos da rede pública de Sergipe com o Governo continuam. Segundo informações do Sindicato dos Médicos de Sergipe (Sindimed), somente do final do mês de junho até ontem, 22, a entidade recebeu 150 profissionais da saúde para fazer a homologação do Estado, sendo a maioria por causa das condições de trabalho.

“A situação dos médicos da rede pública está muito complicada mesmo. Os profissionais estão cada vez mais se afastando do Estado porque não aguentam as condições de trabalho. A demanda cresce, e os médicos não têm como atender devidamente a todos os pacientes. Além da precariedade das estruturas das unidades, tem o problema da defasagem nas escalas em várias unidades de saúde, ocasionando uma sobrecarga de trabalho. Por isso, os profissionais chegam ao limite e pedem para sair do Estado”, disse José Menezes, vice-presidente do Sindimed.

Ainda de acordo com ele, se as escalas de diversas unidades de saúde do Estado estão ficando incompletas, a situação vai ficar ainda mais complicada com a saída desses 150 médicos. “As escalas não estão sendo preenchidas em vários hospitais regionais e unidades de saúde. E a situação se agrava ainda mais nos finais de semana porque os médicos estatutários não estão sendo valorizados e não querem dar plantão, já que os celestistas ganham o dobro que eles. Imagine como vai ficar agora com a saída de mais de cem médicos”, conta.

“

O Conselho pode pedir a interdição geral dos médicos”

Hyder Aragão |
Conselheiro do Cremese

• SES

A Secretaria de Estado da Saúde informou que a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes é uma unidade de referência em Sergipe para o atendimento às gestantes e parturientes de alta complexidade. Apesar de ser destinada apenas para atender a este público específico, em média 50% dos atendimentos na MNSL são classificados como de baixo risco, o que sobrecarrega a unidade.

Dos quase 13 partos realizados diariamente na MNSL, seis não deveriam ser feitos no local. Nos primeiros seis meses de 2013, a Maternidade registrou mais de 7 mil atendimentos. Desses, 4930 partos foram classificados como de baixa complexidade: janeiro (622), fevereiro (852), março (852), abril (751), maio (986) e junho (867).

Desse total, 3.375 foram pacientes não admitidas pela unidade, classificadas como de baixa complexidade, que não necessitavam de internamento ou foram encaminhadas para o exame pré-natal. Outras 1.122 foram removidas para outras unidades de saúde.

“Muitos atendimentos de risco habitual poderiam ser realizados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), mas as gestantes ainda procuram a MNSL como primeira forma de atendimento. Muitas pacientes chegam de forma espon-

tânea, sem apresentar complexidade na gestação, o que ocasiona um fluxo invertido. Isto é comprovado na Classificação de Risco realizada pelo setor de admissão", explica Manuela Oliveira, superintendente da MNSL.

A coordenadora do corpo obstétrico da MNSL, Alba Patrícia, explica que "o padrão da Maternidade são de 4 médicos na escala para urgência obstétrica. O que seria o suficiente, se a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes não recebesse tantos pacientes de risco habitual", fala.

Em audiência realizada na sexta-feira no Ministério Público, a FHS e os obstetras da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes manifestaram a vontade de manter a negociação em torno da remuneração desses profissionais, mantidas as escalas tais como estão previstas até a conclusão da negociação, com próxima audiência marcada para o dia 05 de agosto.

Quanto ao número de leitos, a superintendência da Maternidade informa que atualmente existem 153 leitos no espaço físico da unidade. A rede hospitalar ainda disponibiliza mais 20 leitos neonatais que ficam localizados na Maternidade Santa Isabel.

Sobre queixa de direitos trabalhistas, a FHS esclarece que realiza o pagamento de salários em dia, sem qualquer atraso, respeitando a legislação vigente e a responsabilidade para com os seus trabalhadores.

Em relação aos médicos, em virtude da existência do encerramento de diversos contratos, por tempo determinado em fim do prazo, ocorreu atraso na operacionalização das rescisões. Esse assunto já foi objeto de audiência no Ministério Público do Trabalho e de entendimento com o Sindimed. Persiste uma divergência em relação à base de cálculo dos valores rescisórios, mas a FHS pretende regularizar a situação definitivamente até o fim do mês de julho.